FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado em 25/06/2022 - 05:59

Áudios sugerem interferência de Bolsonaro na PF por Ribeiro

Então ministro, Milton Ribeiro conversa com Bolsonaro em evento no Planalto Pedro Ladeira - 10.fev.22/Folhapress

Áudios indicam interferência de Bolsonaro na PF, e caso de Milton Ribeiro vai para o STF

Em ligação com sua filha, ex-ministro afirmou que Bolsonaro disse que estava com um pressentimento de que operação aconteceria

Fábio Serapião, José Marques e Paulo Sandaña

BRASÍLIA As suspeitas de interferência do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas investigações sobre o ex-ministro Milton Ribeiro foram reforçadas por gravações feitas pela Polícia Federal e levaram o caso nesta sexta-feira (24) para a análise do STF (Supremo Tribunal Federal).

O juiz Renato Coelho Borelli decidiu enviar para o tribunal superior os autos das apurações sobre Ribeiro e pastores suspeitos de operarem um balcão de negócios no MEC (Ministério da Educação).

O magistrado, da Justiça Federal do Distrito Federal, deu a decisão após o Ministério Público Federal apontar "indício de vazamento da operação policial e possível interferência ilícita por parte do presidente da República Jair Messias Bolsonaro nas investigações".

Em uma interpretação telefônica que captou conversas do ex-ministro, Ribeiro sugeriu que passou a suspeitar que seria alvo de busca e apreensão após uma conversa com Bolsonaro.

Ribeiro diz, durante ligação em 9 de junho com sua filha, que falou com Bolsonaro naquele dia e que o mandatário lhe disse estar com "pressentimento" de que iriam atingi-lo por meio de investigação contra o ex-titular do MEC.

"Hoje o presidente me ligou, ele está com pressentimento, novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim. É que tenho mandado versículos para ele", disse Milton Ribeiro na conversa, revelada pela GloboNews e confirmada pela **Folha**.

Questionado pela filha sobre se Bolsonaro queria que o ministro parasse de enviar as mensagens, Ribeiro negou e citou a suspeita levantada pelo presidente.

"Não, não é isso. Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... Em casa... Sabe... É... É muito triste", disse.

A cronologia dos atos dentro da investigação mostra que em 9 de junho, quando Bolsonaro estava nos EUA, o delegado Bruno Calandrini já havia solicitado as buscas e apreensões contra Ribeiro.

O pedido foi feito em 4 de abril e autorizado pelo juiz Renato Borelli em 17 de maio.

A conversa continuou e Ribeiro abordou a possível realização de busca. "Bom! Isso pode acontecer, né? Se houver indícios, né?"

Além do telefonema com sua filha, outra interceptação reforçou a tese da Polícia Federal de que o ex-ministro foi informado com antecedência sobre a possibilidade de ocorrer uma operação contra ele.

A esposa do ex-ministro, Myrian Ribeiro, disse em ligação interceptada na quarta-feira (22) —dia da prisão— que seu marido "não queria acreditar", mas os "rumores do alto" apontavam que uma operação iria ocorrer.

"Ele tava, no fundo ele não queria acreditar, mas ele estava sabendo. Para ter rumores do alto é porque o negócio estava certo", disse ela, em telefonema com um interlocutor identificado como Edu.

Além dos telefonemas, outro motivo para a remessa do processo ao STF foi a mensagem enviada a colegas pelo delegado federal responsável pelo pedido de prisão de Ribeiro. Bruno Calandrini alegou que houve "interferência na condução da investigação".

O delegado disse ainda no texto que a investigação foi "prejudicada" em razão de tratamento diferenciado dado ao ex-ministro. O episódio foi revelado pela **Folha**.

A Polícia Federal alegou risco de segurança e restrições orçamentárias para manter o ex-ministro em São Paulo em vez de transportá-lo para Brasília, como havia determinado o juiz Borelli.

ADVOGADO DE BOLSONARO NEGA INTERFERÊNCIA NA PF E CONVERSA COM EX-MINISTRO

Advogado de Jair Bolsonaro, Frederick Wassef disse nesta sexta (24) que não houve conversa entre o presidente e o ex-ministro Milton Ribeiro, e que o chefe do Executivo não interfere na PF. Ele afirmou ainda que caberá a Ribeiro explicar uso "indevido" do nome do presidente. As declarações foram dadas em entrevista coletiva. "Não existe nada entre o presidente e o ex-ministro. Eles não têm contato, eles não se falam", disse Wassef. "Se o ex-ministro usou o nome do presidente Bolsonaro, usou sem seu conhecimento, sem sua autorização. Ele que responda. Compete ao ex-ministro explicar por que é que ele usa de maneira indevida o nome do presidente".

Segundo o delegado da Polícia Federal, a ação da direção da corporação para supostamente evitar o translado demonstra a interferência e acarreta em falta de autonomia para que ele conduza a apuração com independência e segurança institucional.

"Registre-se também que há indícios de igual interferência na atividade investigatória da Polícia Federal quando do tratamento possivelmente privilegiado que recebeu o investigado Milton Ribeiro", afirmou, por sua vez, o Ministério Público, em sua manifestação sobre o episódio.

A Procuradoria citou que o ex-ministro "não foi conduzido [de São Paulo] ao Distrito Federal (não havendo sido tampouco levado a qualquer unidade penitenciária) para que pudesse ser pessoalmente interrogado pela autoridade policial que preside o inquérito policial, apesar da farta estrutura disponível à Polícia Federal para a locomoção de presos".

Diante dos indícios, o juiz Borelli determinou a interrupção de interceptações telefônicas dos investigados e a remessa do processo para o Supremo. Ele solicitou que a ministra Cármen Lúcia, que ficou responsável por decisões nas investigações sobre Milton Ribeiro quando ele era ministro, seja a relatora do caso.

"Figurando possível a presença de ocupante de cargo com prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, cabe ao referido Tribunal a análise quanto à cisão, ou não, da presente investigação", afirmou o juiz.

Na argumentação sobre a remessa dos autos ao STF, Borelli afirmou que cabe à ministra Cármen a decisão sobre o prosseguimento da investigação na Justiça Federal do DF e sobre se parte dos autos deve ficar sob responsabilidade do Supremo.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

Em nota, o advogado do ex-ministro, Daniel Bialski, disse que recebeu com surpresa a decisão da remessa dos autos para o STF.

"Observando o áudio citado na decisão, causa espécie que se esteja fazendo menção a gravações/mensagens envolvendo autoridade com foro privilegiado, ocorridas antes da deflagração da operação", afirmou o advogado.

"Se assim o era, não haveria competência do juiz de primeiro grau para analisar o pedido feito pela autoridade policial e, consequentemente, decretar a prisão preventiva."

A defesa disse que irá analisar o que foi anexado aos autos "se lhe for franqueada vista da íntegra da documentação".

"Todavia, se realmente esse fato se comprovar, atos e decisões tomadas são nulos por absoluta incompetência e somente reforça a avaliação de que estamos diante de ativismo judicial e, quiçá, abuso de autoridade, o que precisará também ser objeto de acurada análise", disse.

Milton Ribeiro é investigado pelas suspeitas de crimes de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência, num caso que enfraquece ainda mais o discurso anticorrupção de Bolsonaro.

Ribeiro foi solto na quinta (23) por decisão do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). O juiz federal Ney Bello, do TRF-1 decidiu pela revogação da prisão preventiva do ex-ministro e dos demais detidos na operação Acesso Pago, entre eles os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ambos ligados a Bolsonaro.

Gilmar e Arilton são peças centrais no escândalo do balcão de negócios do ministério. Como mostrou a **Folha**, eles negociavam com prefeitos a liberação de recursos mesmo sem ter cargo no governo.

Em áudio revelado pela **Folha**, Milton Ribeiro disse que priorizava pedidos dos amigos de um dos pastores a pedido de Bolsonaro.

Na gravação, o então ministro afirmou ainda que isso atendia a uma solicitação do presidente e mencionava pedidos de apoio que seriam supostamente direcionados para construção de igrejas. A atuação dos pastores junto ao MEC foi revelada anteriormente pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Milton Ribeiro deixou o cargo de ministro no fim de março, uma semana após a publicação do áudio pela **Folha**.

Confira trecho da conversa de Milton Ribeiro com sua filha

Milton: A única coisa meio... Hoje o presidente me ligou... Ele tá com um pressentimento, novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim, sabe? E que eu tenho mandado versículos pra ele, né?

Filha: Ah! Ele quer que você pare de mandar mensagens?

Milton: Não! Não é isso... Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... Em casa... Sabe... E... É muito triste. Bom! Isso pode acontecer, né? Se houver indícios, né...

Filha: Ah!

Milton: Mas, não há por que, meu Deus

Filha: Ah pai! Não... Essa voz não é definitiva... Eu não sei se ele tem alguma informação... Eu tô te ligando do meu... Eu tô te ligando no celular normal, viu pai?

Milton: Ah é? Ah, Então depois a gente se fala então! Tá?

FIlha: Tá bom!

Milton: Um beijo [ininteligível] procê!

Filha: Um beijo! Tchau, tchau !

Milton: Mas, deus vai cuidar! Deus tá cuidando!

Filha: É, depois [ininteligível]... Sentimentos...

Milton: Pressentimento... Ele falava em pressentimento e tal... Ele tava viajando pros Estados Unidos.

Filha: Ah! Que legal! Você falou...

Milton: É, ele tava nos Estados Unidos.... Mas ta bom! Eu tô ...

Filha: É, pai! A gente não tem nada a esconder...

Milton: Graças a Deus!

Filha: Então... [risos] E boa sorte pra quem quiser fazer uma busca lá no vinte um [risos]

Relembre outras interferências de Bolsonaro

POLÍCIA FEDERAL

Moro

- Em 27 de abril de 2020, três dias depois de Sergio Moro pedir demissão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o STF abriu apuração sobre a veracidade das acusações do ex-juiz
- O inquérito investigou se Bolsonaro violou a autonomia da PF. Segundo Moro, o titular do Planalto queria ter acesso a informações e relatórios confidenciais
- Em março, a PF encerrou o inquérito e concluiu não haver indícios de que Bolsonaro interferiu para proteger aliados e familiares ao trocar o comando do órgão

Superintendente

- Em 2019, Bolsonaro também avançou sobre decisões internas da PF ao se antecipar à corporação e anunciar a substituição do então superintendente do órgão no Rio de Janeiro, Ricardo Saadi. O presidente tomar a dianteira em comunicados do tipo foi algo inédito
- A instituição divulgou nota afirmando que Saadi seria substituído por Carlos Henrique Oliveira, mas Bolsonaro disse ter acertado previamente que o cargo seria ocupado pelo superintendente da PF no estado do Amazonas, Alexandre Silva Saraiva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Weintraub

- O Ministério da Justiça foi mobilizado para entrar com um habeas corpus em favor do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, intimado pelo STF para explicar ataques feitos à corte por ele
- A petição, assinada pelo então ministro da Justiça, André Mendonça, foi considerada algo inusual, já que a tarefa, em tese, caberia à AGU ou a um advogado pessoal

Conselho

- Ainda na gestão Moro na pasta, um dos primeiros focos de tensão do então ministro com o presidente se deu em torno da nomeação da especialista em segurança pública Ilona Szabó como suplente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em 2019
- Moro teve que recuar da escolha após campanha de bolsonaristas nas redes sociais. Os apoiadores lembraram que ela, além de divergir de Bolsonaro em temas como armamento e política de drogas, havia se posicionado contra o então candidato na campanha

RECEITA

Pressões

- Os sinais de interferência do Planalto na Receita Federal, sobretudo no Rio de Janeiro, começaram em 2019. As pressões se referem principalmente à troca de servidores em postos de comando do órgão
- Em meio a apurações que atingem autoridades e também familiares e pessoas próximas a Bolsonaro, um subsecretário-geral do posto fluminense chegou a ser substituído por se posicionar de forma contrária às intervenções
- Questionado na época sobre as ingerências na Receita e na PF, o presidente afirmou: "Está interferindo? Ora, eu fui [eleito] presidente para interferir mesmo"

Genro de pastor do MEC recebeu dinheiro em negociação de evento

Wesley Costa de Jesus ganhou R$ 17 mil; empresário acertou agenda e depois levou denúncia a ex-ministro

BRASÍLIA O genro do pastor Gilmar Santos, investigado por operar um balcão de negócios no MEC (Ministério da Educação), também recebeu dinheiro a partir de tratativas de um encontro com o ex-ministro Milton Ribeiro no interior de São Paulo em agosto de 2021.

Wesley Costa de Jesus, que também é pastor e já esteve com o presidente Jair Bolsonaro (PL), recebeu R$ 17 mil.

O comprovante da transferência, obtido pela **Folha**, foi entregue à CGU (Controladoria-Geral da União) pelo empresário José Edvaldo Brito.

As informações prestadas por Edvaldo fazem parte do processo que baseou a operação Acesso Pago, que prendeu Milton Ribeiro e os pastores Gilmar e Arilton Moura, além do ex-assessor do MEC Luciano Musse e de Helder Bartolomeu, que é genro de Arilton.

A Polícia Federal investiga o balcão de negócios no MEC. Os pastores, ligados a Bolsonaro e Milton Ribeiro, negociavam com prefeitos a liberação de verbas da educação mesmo sem cargos no governo.

Ribeiro deixou o cargo no fim de março, uma semana depois de a **Folha** revelar um áudio em que diz priorizar pedidos dos pastores sob orientação de Bolsonaro. A prisão de Ribeiro foi grande desgaste político para Bolsonaro a menos de quatro meses da eleição.

A investigação foi remetida para o STF (Supremo Tribunal Federal) após o Ministério Público Federal apontar "indício de vazamento da operação policial e possível interferência ilícita por parte do presidente da República".

O pagamento a Wesley Costa de Jesus não é citado na manifestação do MPF nem na decisão da Justiça Federal que determinou as prisões.

Wesley recebeu a transferência de R$ 17 mil no dia 5 de agosto de 2021. No mesmo dia, foram pagos R$ 20 mil para Luciano Musse e R$ 30 mil para Helder, conforme comprovantes também obtidos pela **Folha**.

Casado com a filha de Gilmar Santos, Wesley, 35, é tratado como presbítero. Ele vai frequentemente a eventos religiosos com o sogro.

Em 14 de outubro de 2020, acompanhou Gilmar Santos em encontro com Bolsonaro em Brasília. Na ocasião, Santos divulgou nas redes sociais que o presidente confirmara a presença em um encontro evangélico na cidade de Balsas (MA) naquele mês.

O presidente desistiu da viagem em outubro de 2020 alegando problemas de segurança. Wesley também esteve com os pastores no MEC, como por exemplo, em 27 maio de 2021.

A **Folha** procurou Wesley e o advogado do pastor Gilmar, Reginaldo Silva, mas eles não responderam.

Os depósitos para Wesley, Musse e Helder somaram R$ 67 mil, valor citado por José Edvaldo Brito à CGU.

Os pagamentos foram feitos dias antes de um evento em Nova Odessa (SP) com a presença de Ribeiro. Ocorrida em 21 de agosto, a reunião com prefeitos da região foi organizada pelos pastores e seu grupo de apoio.

A **Folha** mostrou em março que o prefeito de Piracicaba (SP) disse ter recebido pedido de dinheiro para fazer um evento com Ribeiro na cidade poucos dias antes do encontro ser confirmado em Nova Odessa.

Foi o empresário Edvaldo Brito que negociou com os pastores a realização do evento após saber que ambos controlavam a agenda do MEC. Eles se reuniram no hotel Grand Bittar em Brasília, onde também encontraram Luciano Musse (enquanto era assessor do MEC).

Esse hotel era o QG das negociações dos religiosos e assessores do MEC com prefeitos.

Edvaldo Brito é presidente do Avante em Piracicaba e é ligado ao tema da educação.

> Uma pessoa me indicou que procurasse os pastores no hotel, e fui lá. Depois o Arilton falou do trabalho da igreja e pediu uma doação missionária. Em nenhum momento entendi isso como propina
>
> **Edvaldo Brito (Avante-SP)**
> prefeito de Piracicaba (SP) falando sobre o balcão de negócios do MEC

Ele conta que soube do projeto de gabinete itinerante do OC e entendeu que poderia ser útil para que gestores locais conseguissem preencher os trâmites técnicos para acessar os recursos federais.

"Uma pessoa me indicou que procurasse os pastores no hotel, e fui lá. Depois é que o Arilton falou do trabalho da igreja e pediu uma doação missionária. Em nenhum momento entendi isso como propina", disse.

Os dados das três contas para pagamento foram repassados por Arilton. Quem fez os depósitos, diz Brito, foi outro empresário da região, Danilo Felipe Franco.

"Pedi ajuda a esse amigo, que também entendeu que era uma doação", disse Brito.

Segundo Brito, ele passou a desconfiar dos pastores poucos dias antes do evento, quando solicitações de passagens aéreas para aliados passaram a se avolumar. Ele recebeu um novo pedido de Arilton de mais R$ 10 mil no dia do evento.

Isso fez com que ele reclamasse com uma assessora concursada do MEC, que o chamou a relatar as denúncias. "Fui ao MEC em setembro. Estava o Milton, o Victor [Godoy Veiga, atual ministro], o Marcelo [Lopes da Ponte, presidente do FNDE]. Aí o ministro disse: estou sabendo que estão usando do meu nome? Chegou a botar a mão na cabeça e perguntou se eu topava depor à CGU, o que aceitei, claro".

Na primeira vez em que Brito falou com a CGU, só contou o que viu, segundo ele próprio. Somente numa segunda oportunidade, depois que as denúncias já haviam sido publicadas, é que ele entregou os comprovantes de pagamentos.

Ao se defender das denúncias, Milton Ribeiro citou essa denúncia encaminhada à CGU e disse ter se afastado de Arilton. Os registros de agenda provam o contrário. Além disso, houve a venda de carro entre Ribeiro e Arilton em fevereiro deste ano, o que é citado como suspeito nas investigações.

O ex-assessor Luciano Musse, que recebeu R$ 20 mil, só foi nomeado no MEC porque não deu certo a tentativa de empregar o próprio Arilton na pasta, como a **Folha** mostrou.

Além das transferências de R$ 67 mil, José Edvaldo Brito gastou mais R$ 23,9 mil com passagens aéreas para o grupo dos pastores. **Paulo Saldaña**

Gilmar Santos, Jair Bolsonaro e Wesley Costa de Jesus, em Brasília Reprodução

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4 e 5

Copyright © Clipclap 2026.